

# Newton: Plenário deve mudar Capítulo dos Direitos Sociais

SÃO PAULO — O Governador de Minas, Newton Cardoso, disse ontem estar empenhado, com o apoio do Governador Orestes Quéricia e outros, em liderar um movimento nacional para modificar na segunda etapa de votações da Constituinte alguns itens aprovados no Capítulo das Relações de Trabalho. Ele referiu-se às licenças maternidade e paternidade, ao turno de revezamento de trabalho de seis horas e "a outras cretinices incluídas no texto constitucional".

Ao discursar ontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Newton disse que a Constituição deve ser adaptada ao pensamento do empresário brasileiro e ao que ele pode pagar. A seu ver, as decisões da Constituinte referentes às relações de trabalho não se coadunam com a realidade do País.

— Parece que voltamos à era tupiniquim, quando os índios ficavam

em casa enquanto suas mulheres tinham filhos — disse o Governador, provocando risos e aplausos da platéia de aproximadamente cem empresários.

O Governador afirmou que a siderurgia nacional não pode suportar um turno de revezamento de trabalho de seis horas, pois não tem ganhos para assumir tal peso. Disse ter informações seguras de que alguns bancos dispensarão mulheres grávidas se a Constituinte aprovar no segundo período de votações a licença maternidade de 120 dias.

Para acabar com o déficit público, Newton Cardoso sugeriu a demissão de funcionários públicos e o fechamento de "Ministérios criados por apadrinhamentos políticos". Além das Pastas militares, ele acha que somente mais algumas deveriam permanecer: Educação, Saúde, Finanças e Indústria e Comércio.

# Ruralistas defendem propriedade produtiva

BRASÍLIA — A Frente Ampla da Agricultura, reunida ontem em Brasília, definiu suas prioridades na votação da Ordem Econômica: a garantia da propriedade produtiva contra a desapropriação para fins de Reforma Agrária e a remessa à legislação ordinária da política agrícola e da reforma agrária. Hoje, em encontro na Confederação do Comércio, será a vez da União Brasileira de Empresários (UBE) tomar posição.

Segundo o Presidente da CNA, Deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG), a Frente defende três preceitos na nova Carta: a preservação da propriedade produtiva; o reconhecimento do direito de o Governo desapropriar para fins de reforma agrária as áreas improdutivas e a atribuição à lei ordinária da fixação da política agrícola e da reforma agrária.

A entidade reúne a Confederação Nacional da Agricultura, a Organização das Cooperativas Brasileiras, a Sociedade e a União Rural Brasilei-

ra, a União Democrática Ruralista e Federações da Agricultura do Centro-Sul.

A UBE discutirá principalmente três temas: a definição de empresa nacional, a política mineral e a intervenção do Estado na economia. Seus líderes repudiam qualquer característica xenófoba na definição de empresa nacional e defendem um conceito amplo, que estimule o retorno ao Brasil de investimentos estrangeiros. Quanto à política mineral, os empresários não aceitam o texto da Comissão de Sistematização que restringe a participação de multinacionais na extração de minérios.

Sobre a presença do Estado na Economia, desejam a completa desregulamentação do setor, ficando o Governo restrito às atividades onde a iniciativa privada não tiver condições de atuar, ou nos setores essenciais à segurança nacional, definidos em lei ordinária.

# Negociação sobre petróleo fracassa

BRASÍLIA — O Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano Franco (PMDB-SE), patrocinou ontem uma primeira e fracassada tentativa de acordo do setor empresarial sobre a definição, pela Constituinte, das normas de distribuição e comercialização dos derivados de petróleo. Representantes das grandes multinacionais, dos proprietários de postos de gasolina e dos pequenos distribuidores nacionais encontraram-se num ambiente tenso e não foram capazes de superar suas divergências.

Albano é autor da emenda 0001, que propõe a supressão pura e simples do artigo que nacionaliza o setor, aprovado pela Comissão de Sistematização. Como sua proposta não conta com o consenso empresarial, convidou os interessados a discutirem uma fórmula que não iniba a atuação das empresas multinacionais e ao mesmo tempo contribua para a expansão dos pequenos distribuidores de óleo diesel. Foi tentado, sem resultados, um acordo ampliando o mercado de óleo diesel para os pequenos distribuidores mas impedindo-os de trabalhar com álcool e gasolina, exclusivos da União e das multinacionais.

Participaram da reunião Diretores dos Sindicatos dos Distribuidores de Derivados de Petróleo e Nacional do Comércio Transportador, Revendedor e Retalhista de Combustível e da Shell e da Esso. O Deputado Oswaldo Macedo (PMDB-PR) representou os

postos e o Deputado Max Rosenmann (PMDB-SC) falou pelos pequenos distribuidores. Estiveram presentes também os Deputados Humberto Souto (PFL-MG), José Luiz Sá (PDS-PI) e Lúcio Alcântara (PFL-CE), autores de emendas.

Albano Franco entende que o assunto deve continuar sendo regulamentado pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP):

— Não posso aceitar qualquer discriminação contra as multinacionais. Mas, se a maioria decidir regulamentar a matéria, concordarei com um dispositivo que permita o crescimento dos pequenos distribuidores nacionais sem limitar ou intervir no desempenho das multinacionais.

Os partidários da exclusão de qualquer alusão ao assunto na nova Carta tendem a sustentar o projeto-de-lei que o Deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ) apresentará na Câmara na semana da votação da Ordem Econômica na Constituinte. O parlamentar propõe a total desregulamentação do setor, a começar pela eliminação das concessões de postos de gasolina, que afirma serem verdadeiras cartas-patentes negociadas, hoje em dia, a valores entre CZ\$ 2 e CZ\$ 10 milhões. Ele prevê também a liberação dos preços. Assim, diz o Deputado, o comerciante poderá optar por vender o combustível a preços mais baratos, e, em compensação, obter maiores rendimentos com a venda de auto-peças, acessórios e óleos lubrificantes.

SLOBO

15 ABR 1988